

Preservacionistas discutem o futuro de Brasília

O seminário sobre educação patrimonial, marcado para a tarde de ontem no auditório da Câmara Legislativa do DF, virou um grande encontro de preservacionistas. Professores, arquitetos, pesquisadores, prefeitos de quadra, todos pareciam estar unidos por uma idéia: lutar pelo cuidado ao Patrimônio da Humanidade.

No encontro, realizado pela Comissão de Educação, Saúde e Segurança da Câmara, não houve discussões acaloradas sobre o tema - principalmente porque quem defende as modificações no projeto original do Plano Piloto não foi convi-

do. Mesmo assim, o evento foi importante por repercutir fatos recentes, como o relatório enviado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) à Unesco, destacando agressões à área tombada. Também foi discutido o projeto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (Sedur) de regularizar invasões de área pública em estabelecimentos de comércio local no Plano Piloto em até quatro metros.

"A discussão é crítica e urgente, a proteção da cidade é um ideal coletivo", disse o professor da Faculdade de Arquitetura e Ur-

banismo da Universidade de Brasília, José Carlos Coutinho. "Não é possível que considerem Brasília uma mercadoria feita para produzir lucros", reclamou. Coutinho participou de um dos quatro painéis do seminário, "Tombamento de Brasília e educação patrimonial", mediado pelo deputado distrital Wasny de Rôure (PT). O debate foi o único que tocou diretamente na ferida das agressões ao projeto de Brasília.

"O processo de evolução da cidade é deturpado porque falta quem assuma a defesa de Brasília", afirmou Gilson Paranhos, representante do Instituto

dos Arquitetos do Brasil em Brasília (IAB/DF). Na opinião dele, cabe à população preservar a cidade. "A fiscalização não pode ser exercida por quem tem interesses políticos", atacou. "Temos que discutir soluções, já debatemos a parte teórica demais", apontou.

O apelo de Paranhos, porém, pouco funcionou. A representante do Iphan no painel, Yeda Virgínia Barbosa, limitou-se a contar trechos da história da ocupação de Brasília. Quando perguntada sobre questões mais atuais, a desculpa era de que aquela não era sua função.

As maiores polêmicas fi-

caram a cargo do arquiteto Marcelo Montiel, do Sindicato dos Arquitetos do DF, que chegou a falar em engessamento da cidade. "Há algumas alterações no projeto original que são necessárias, como a ocupação dos parques gráficos", explicou. "O plano de Brasília não está descaracterizado, a lei do tombamento deve ser modificada porque, do jeito que está, inibe pequenas modificações na estrutura da cidade", disse. O sociólogo e historiador José Walter Nunes preferiu concentrar-se no papel das comunidades. "Muitos moradores tentam preservar, mas vivem dilemas", argu-

menta. "Não podemos jogar a culpa das distorções nas comunidades."

Na maior parte do tempo, as discussões do grupo ficaram centradas no tema principal do seminário, que foi sugerido a reboque de um projeto de lei apresentado pelo organizador do evento, o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB, presidente da Comissão de Educação, Saúde e Segurança). O deputado quer que questões relativas ao patrimônio sejam incluídas em disciplinas escolares. "A intenção de encontros como esse é democratizar o debate sobre preservação", definiu. (T.F.)